



Solange Aparecida de Souza Monteiro
(Organizadora)

As Metas Preconizadas para a Educação e a Pesquisa Integrada às Práticas Atuais 2



Solange Aparecida de Souza Monteiro
(Organizadora)

As Metas Preconizadas para a Educação e a Pesquisa Integrada às Práticas Atuais 2

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação: Natália Sandrini de Azevedo

Edição de Arte: Lorena Prestes

Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense

Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa

Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará

Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá

Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima

Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões

Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie di Maria Ausiliatrice

Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense

Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins

Prof. Dr. Luis Ricardo Fernando da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão

Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará

Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste

Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador

Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Fernando José Guedes da Silva Júnior – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof^a Dr^a Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof^a Dr^a Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof^a Dr^a Andrezza Miguel da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof^a Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Prof^a Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Prof^a Dr^a Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof^a Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof^a Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof^a Dr^a Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Prof. Me. Heriberto Silva Nunes Bezerra – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^a Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof^a Ma. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Prof^a Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Prof^a Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Prof^a Dr^a Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Me. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo

Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Me. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
M587	<p>As metas preconizadas para a educação e a pesquisa integrada às práticas atuais 2 [recurso eletrônico] / Organizadora Solange Aparecida de Souza Monteiro. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.</p> <p>Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-65-86002-90-4 DOI 10.22533/at.ed.904201304</p> <p>1. Educação – Pesquisa – Brasil. 2. Professores – Formação – Brasil. I. Monteiro, Solange Aparecida de Souza.</p> <p style="text-align: right;">CDD 370.71</p>
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Toda cultura científica deve começar por uma catarse intelectual e afetiva. Resta, então, a tarefa mais difícil: colocar a cultura científica em estado de mobilização permanente, substituir o saber fechado e estático por um conhecimento aberto e dinâmico, dialetizar todas as variáveis experimentais, oferecer enfim à razão razões para evoluir. (Gaston Bachelard).

A pesquisa integrada às práticas atuais é um fenômeno que, inegavelmente, converge para a necessidade de mudança nos programas formativos voltados para modelos meramente instrucionistas e burocratizados, uma vez que na atualidade a competência do profissional docente deve ir muito além das fronteiras disciplinares e dos procedimentos de transmissão do conhecimento. O formalismo que tem contornado a pesquisa de muitas de nossas universidades coloca o ensino em uma posição ambígua, pois, de um lado, ele é supervalorizado, muito embora de forma equivocada, já que a instrução tem sido o seu maior motivo de existência; de outro, ele é menosprezado, porquanto a pesquisa, para muitos, é atividade inegavelmente mais nobre que ensino, essa querela atravessa diariamente as portas da universidade e invade o cotidiano das escolas, tendo como porta-voz um professor programado para 'dar' aulas, aplicar provas, atribuir notas, aprovar ou reprovar os alunos. Estas vítimas de um sistema de ensino ultrapassado e reprodutor de ideologias dominantes, prosseguem toda a sua vida escolar na posição de receptáculos de conteúdo, ouvintes acomodados e repetidores de exercícios vazios de sentido e significado. Esse é um fato por nós conhecido, o qual requer ordenamentos políticos, econômicos e pedagógicos para assegurar o desenvolvimento de uma nova cultura docente. Cultura esta que demanda a presença da pesquisa como princípio científico e educativo, tal como formulado

A pesquisa vem sendo, cada vez mais, foco de discussões em diversos contextos educativos, em diferentes campos do conhecimento. Na área da educação, apresentam-se argumentos que discutem a pesquisa enquanto dispositivo para um desenvolvimento imaginativo que incentiva e possibilita reflexões, tomadas de decisões, resoluções de problemas e julgamentos que valorizam o aluno enquanto protagonista de seu próprio processo de aprendizagem. Pensar sobre a pesquisa na educação implica considerar diferentes aspectos, envolvendo questões sociais, culturais, psicológicas, antropológicas, históricas e políticas nas mais diversas dimensões da vida. A pesquisa vem sendo compreendida como uma demanda social, principalmente no que se refere aos processos de aprendizagem. É importante perceber como a pesquisa é relevante para todos os aspectos da aprendizagem. Esses argumentos repercutem no âmbito educacional, à medida que se compreende a importância de que os estudantes tenham a oportunidade de se posicionar diante de situações com autonomia, tomando decisões e construindo

suas identidades, incertezas, complexidades, progressos e mudanças e isto vêm gerando desafios e problemáticas imprevisíveis, requerendo soluções criativas. Nesse sentido, a educação, de modo geral, deveria acompanhar essas mudanças e desafios da atualidade. Os trabalhos destacam a relevância das pesquisas a importância das práticas criativas nos processos de ensino e aprendizagem, o incremento dessas práticas em diferentes contextos educacionais. É importante destacar que, as pesquisas são utilizadas de forma distinta para definir os campos teórico-conceituais e da prática educativa. Desse modo, a pesquisa se refere ao estudo das teorias, conceitos e definições. É evidente que a importância da pesquisa, a problematização nos tempos atuais, enfatizando a essência do diálogo, que consiste na ação e na reflexão do conhecimento do homem frente à realidade do mundo, interpretando-o, tendo em vista a possibilidade de se vislumbrar um mundo bem.

Por fim não apenas recomendo a leitura dos textos do e-book “As Metas Preconizadas para a Educação e a Pesquisa Integrada às Práticas Atuais” e dos 97 artigos divididos em 04 volumes, mais do que isso, sugiro o estudo efetivo a fim de mobilizar nossas mentes a promover o debate ainda mais acirrado diante da conjuntura política dos tempos atuais, a fim de fortalecer o movimento cotidiano.

Boa leitura!!!

Solange Aparecida de Souza Monteiro

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
BLENDED LEARNING E FUNÇÕES DO PROFESSOR ON-LINE: UMA EXPERIÊNCIA COM O PIBID	
Alessandra Carvalho de Sousa Adriano de Oliveira Gurgel	
DOI 10.22533/at.ed.9042013041	
CAPÍTULO 2	17
CARACTERIZANDO O ASSÉDIO MORAL A PARTIR DE TRÊS CASOS CONCRETOS NA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO RIO DE JANEIRO (SME/RJ)	
Anderson Paulino de Souza	
DOI 10.22533/at.ed.9042013042	
CAPÍTULO 3	31
CONTRIBUIÇÕES DA MEDITAÇÃO NA CONCENTRAÇÃO E PERCEPÇÃO NO CONTEXTO DA APRENDIZAGEM EM ESCOLARES DO ENSINO MÉDIO	
Vitória Monteiro Monte Oliveira Neíres Alves de Freitas	
DOI 10.22533/at.ed.9042013043	
CAPÍTULO 4	38
CONTRIBUIÇÕES À DISCUSSÃO DA AVALIAÇÃO DO MESTRADO PROFISSIONAL EM ADMINISTRAÇÃO A PARTIR DO MODELO DE ACREDITAÇÃO INTERNACIONAL	
Max Cirno de Mattos Maira Helena Batista	
DOI 10.22533/at.ed.9042013044	
CAPÍTULO 5	46
CURRÍCULO E CULTURA COMO PRÁTICAS DE SIGNIFICAÇÃO: QUE FORMAÇÃO? QUE SUJEITO?	
Bianca Marinho de Souza Amanda da Silva Barata Joaquina Ianca dos Santos Miranda Evanildo Moraes Estumano Luciano Tadeu Corrêa Medeiros	
DOI 10.22533/at.ed.9042013045	
CAPÍTULO 6	56
DIDÁTICA E FORMAÇÃO DOCENTE PARA A EDUCAÇÃO INCLUSIVA	
Ana Abadia dos Santos Mendonça	
DOI 10.22533/at.ed.9042013046	
CAPÍTULO 7	68
DESAFIOS DA FORMAÇÃO DO DOCENTE E OS SABERES DA DOCÊNCIA NA EJA	
Rosângela Pereira da Cruz de Araújo Rosemeire de Oliveira Saturno Maria da Conceição Alves Ferreira	
DOI 10.22533/at.ed.9042013047	

CAPÍTULO 8	73
EAD: UMA MODALIDADE DE ESTRATÉGIA INOVADORA ALIANDO TEMPO, ESPAÇO E CONHECIMENTO	
Ângela Martins de Castro Daniel de Oliveira Perdigão Mariana Lima Vecchio Márcia Andrade Arruda	
DOI 10.22533/at.ed.9042013048	
CAPÍTULO 9	80
CALORÍMETRO COM ARDUÍNO	
Álefe de Lima Moreira Rayane Mayara da Silva Souza Francisco Cassimiro Neto	
DOI 10.22533/at.ed.9042013049	
CAPÍTULO 10	86
EDUCAÇÃO BILÍNGUE NO ENSINO SUPERIOR: PERCEPÇÕES DE SUJEITOS SURDOS	
José Gabriel Izidório de Oliveira Karine Martins Saldanha Nidia Nunes Máximus	
DOI 10.22533/at.ed.90420130410	
CAPÍTULO 11	97
DIVERSIDADE CULTURAL NO CONTEXTO ESCOLAR: PERCEPÇÃO DE DOCENTES	
Mayara Macedo Melo Francisco Lucas de Lima Fontes Kelen Oliveira Soares Bárbara Bruna dos Santos Silva Fernanda Gomes do Nascimento Silva Elbson Alves e Sousa Franciane Santos do Nascimento Elisalma Vieira Carvalho Maria das Graças Sampaio	
DOI 10.22533/at.ed.90420130411	
CAPÍTULO 12	106
EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS – EJA: AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DOS PROFESSORES DE LÍNGUA PORTUGUESA E MATEMÁTICA E A EVASÃO ESCOLAR NOS 4º ANOS, 2009-2013 ESCOLAS DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE UBAITABA-BAHIA/BR	
Mario Leandro Alves de Jesus	
DOI 10.22533/at.ed.90420130412	
CAPÍTULO 13	116
EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS EM SITUAÇÃO PENAL DE PRIVAÇÃO DE LIBERDADE – ENTRE SILÊNCIOS E ESCUTAS	
Valdo Barcelos Sandra Maders	
DOI 10.22533/at.ed.90420130413	

CAPÍTULO 14	133
EDUCAÇÃO E PROCESSOS DE CRIATIVIDADE: REFLEXÕES A PARTIR DA OBRA DE FAYGA OSTROWER	
Cícera Maria Mamede Santos Juliana Oliveira de Malta William Ferreira Carvalho Francione Charapa Alves Wagner Pires da Silva Maria Socorro Lucena Lima Zuleide Fernandes de Queiroz	
DOI 10.22533/at.ed.90420130414	
CAPÍTULO 15	145
EDUCAÇÃO EM SAÚDE: GRUPO ANTITABAGISMO COMO ESTRATÉGIA DE PROMOÇÃO DA QUALIDADE DE VIDA DE FUMANTES	
Helena Barreto Arueira Sandra Maria de Oliveira Marques Gonçalves Queiroz	
DOI 10.22533/at.ed.90420130415	
CAPÍTULO 16	152
EDUCAÇÃO SOCIAL E CONDIÇÕES DE VULNERABILIDADE PARA OS CURSOS DE TÉCNICO DE SEGURANÇA DO TRABALHO E TÉCNICO EM ENFERMAGEM DO INSTITUTO FEDERAL DE PERNAMBUCO DE ABREU E LIMA – PE	
Angela Valéria de Amorim Patricia Carly de Farias Campos	
DOI 10.22533/at.ed.90420130416	
CAPÍTULO 17	161
EFICIÊNCIA TÉCNICA DE CURSOS DE GRADUAÇÃO DE UMA UNIVERSIDADE PÚBLICA DA AMAZÔNIA BRASILEIRA	
Roberto Elison Souza Maia Edilan de Sant'ana Quaresma	
DOI 10.22533/at.ed.90420130417	
CAPÍTULO 18	170
ENSINAR E APRENDER NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO MATEMÁTICA: UMA ESTRATÉGIA NA INTERVENÇÃO DA PRÁTICA DE ENSINAR EM SALA DE AULA	
Allan Gomes dos Santos Luis Ortiz Jimênez	
DOI 10.22533/at.ed.90420130418	
CAPÍTULO 19	188
EDUCAÇÃO E TRABALHO: UMA PERSPECTIVA DE UMA EDUCAÇÃO INTEGRADA	
Georges Cobiniano Sousa de Melo Márcio Aurélio Carvalho de Morais	
DOI 10.22533/at.ed.90420130419	
CAPÍTULO 20	196
ENSINO DA MÚSICA NA ESCOLA REGULAR À LUZ DA PEDAGOGIA HISTÓRICO-CRÍTICA	
Karla Cremonez Gambarotto Vieira Anna Maria Lunardi Padilha	
DOI 10.22533/at.ed.90420130420	

CAPÍTULO 21	209
ENSINO DE CIÊNCIAS PARA PROFESSORES DO ENSINO FUNDAMENTAL I – UMA EXPERIÊNCIA DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA	
Jaqueline Jora de Vargas Natalia Neves Macedo Deimling Regiane da Silva Gonzalez Adriane da Silva Fontes Cesar Vanderlei Deimling Roseli Constantino Schwerz	
DOI 10.22533/at.ed.90420130421	
CAPÍTULO 22	219
ENSINO DE LÓGICA DE PROGRAMAÇÃO E INFORMÁTICA BÁSICA UTILIZANDO FERRAMENTAS LÚDICAS DE APRENDIZADO	
Antonio Carlos Fernandes da Silva Gustavo de Almeida Duarte Kleber Campos Viana	
DOI 10.22533/at.ed.90420130422	
CAPÍTULO 23	229
ESTÁGIO CURRICULAR: FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE GEOGRAFIA E IMPACTO SOBRE OS TRABALHOS DE CONCLUSÃO DE CURSO	
Fernanda Guarany Mendonça Leite Letícia Barbosa de França Silva	
DOI 10.22533/at.ed.90420130423	
CAPÍTULO 24	244
ESTUPRO E FEMINICÍDIO REVELADOS NAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS ACERCA DA VIOLÊNCIA URBANA POR ESTUDANTES DO ENSINO FUNDAMENTAL	
Luciano Luz Gonzaga Denise Lannes	
DOI 10.22533/at.ed.90420130424	
CAPÍTULO 25	255
A EDUCAÇÃO SEXUAL NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL	
Solange Aparecida de Souza Monteiro Melissa Camilo Débora Cristina Machado Cornélio Dayana Almeida Silva Paulo Rennes Marçal Ribeiro Valquiria Nicola Bandeira Marilurdes Cruz Borges Fernando Sabchuk Moreira	
DOI 10.22533/at.ed.90420130425	
SOBRE A ORGANIZADORA.....	275
ÍNDICE REMISSIVO	276

EDUCAÇÃO BILÍNGUE NO ENSINO SUPERIOR: PERCEPÇÕES DE SUJEITOS SURDOS

Data de aceite: 27/03/2020

José Gabriel Izidório de Oliveira

Faculdade ALPHA

Karine Martins Saldanha

UFC

Nidia Nunes Máximus

UFPE

1 | INTRODUÇÃO

A falta de conhecimento acerca da Língua Brasileira de Sinais (Libras) é, ainda, um obstáculo que atinge os setores educacionais, principalmente, o ensino superior, em que há surdos que participam de um ambiente que abriga duas línguas ao mesmo tempo – Libras e Língua portuguesa, fazendo com que a Libras não seja valorizada como língua natural dos indivíduos surdos.

Embora vejamos que há uma proposta inclusiva para a educação de surdos, ainda acreditamos que o modelo educacional bilíngue é mais produtivo, pois considera a Libras como a língua natural e de comunicação das pessoas surdas e utiliza a Libras para o ensino dos conteúdos escolares/acadêmicos.

Diante disso, o presente trabalho apresenta um estudo de caso em uma pós-

graduação para pessoas surdas, em uma instituição privada, no formato bilíngue, com vistas a analisar as percepções dos sujeitos surdos em relação a modelo de educação a fim de. Para tal, realizamos entrevistas semiestruturadas e confrontamos os dados coletados nas entrevistas com o referencial teórico escolhido, possibilitando uma análise prioritariamente qualitativa.

2 | DESENVOLVIMENTO

2.1 Surdez e diferentes perspectivas do indivíduo surdo

Antes de tudo, deve-se entender sobre a surdez. Segundo Nunes, Saia, Silva e Mimessi (2015), a perda de audição afeta o sistema auditivo impedindo ou reduzindo o acesso aos sinais sonoros. A partir disso, é preciso esclarecer que nem todos os sujeitos surdos são semelhantes, tendo em vista as diferenças de convivências, metodologia de ensino, e preconceitos subjacentes à surdez. Ou seja, as experiências oriundas da surdez dependem das circunstâncias caracterizadoras do contexto social em que o indivíduo surdo se situa.

Imaginemos uma situação ideal, é claro, na qual uma criança surda, nascida em uma família surda e usuária de Libras, participante da comunidade surda. Nesse caso, o processo de desenvolvimento cognitivo é assegurado por meio da língua natural, a língua de sinais. Já o indivíduo surdo, nascido em uma família que não aceita a língua de sinais, mantendo a língua majoritária do país para a comunicação, ou, em outro caso, quando a família desconhece a língua de sinais por viver em um local distante da capital, sem educação escolar adequada, fará com que esse indivíduo surdo tenha baixo desempenho educacional, dificultando a sua participação e interação social, e comprometendo sua autonomia.

Goldfeld (1997) defende que a língua de sinais é a única língua que o surdo pode dominar plenamente e que serve as suas necessidades cognitivas e de comunicação. Isso coaduna com Brito (1993) quando diz que o surdo que não aprende a língua de sinais nos primeiros anos de vida pode sofrer várias consequências, como a perda da oportunidade de usar a linguagem que é um dos principais instrumentos para a realização de tarefas que envolvem o desenvolvimento da ação inteligente); o indivíduo surdo não recorre ao planejamento para a solução de problemas; não supera a ação impulsiva; não adquire independência da situação visual concreta; não controla o seu próprio comportamento e o ambiente; não se socializa adequadamente.

Dessa forma, vemos que a aquisição da Libras nos anos iniciais da vida da pessoa surda é fundamental para o seu desenvolvimento cognitivo e sócio afetivo. Consequentemente, o modelo de educação bilíngue se torna mais adequado para esses indivíduos, pois parte de sua língua natural, valorizando sua identidade e cultura e sua forma de comunicação e socialização, além de possibilitar o letramento da língua escrita oficial de seu país. No entanto, a implementação desse modelo educacional ainda é precária e necessita de avanços substanciais.

2.2 Movimentos, lutas e conquistas na educação bilíngue

Na última década, alguns acontecimentos referendaram a ampliação de conquistas em relação à educação dos surdos brasileiros. A partir do reconhecimento da Libras como uma língua oficial no Brasil, através da Lei 10.436, de 24.04.2002, e a sua regulamentação com o decreto 5.626, de 22.12.2005, que impulsionaram:

- O direito dos surdos e seus familiares poderem escolher uma modalidade de ensino que acreditam ser a mais adequada;
- A opção por professores bilíngues e qualificados, desde a Educação Infantil até o Ensino Superior;
- A obrigatoriedade do ensino da Libras nas universidades, nos cursos de licenciaturas e Fonoaudiologia, podendo se estender aos demais cursos;

- O direito de terem tradutores/intérpretes e professores de Libras graduados e a formação de professores bilíngues na Educação Básica, como pressupostos fundamentais para uma Educação de surdos de qualidade.

Os movimentos sociais das comunidades surdas têm enfrentado lutas que se fazem necessárias para a busca de uma efetiva educação para surdos, que se constitui em igualdade de condições no que se oferece aos sujeitos ouvintes. A maior luta empreendida pelos surdos é em defesa de uma educação bilíngue para surdos, em que a língua de instrução deverá ser a Libras (L1), adquirida prioritariamente, e a Língua Portuguesa ensinada como segunda língua (L2), funcionando em espaços arquitetônicos próprios, com professores bilíngues Libras-Português, sem mediação de tradutores intérpretes na relação professor-aluno surdo, e sem o Português sinalizado.

A conquista dessa Educação Bilíngue está aprovada na estratégia 4.7, da Meta 4, do PL 8035-2010, do Plano Nacional de Educação para o decênio 2014-2024, tramitado e aprovado pelo Congresso Nacional, garantindo a Educação Bilíngue, com objetivos que vêm assegurar direitos constitucionais aos cidadãos surdos, com a finalidade de:

- Vincular os surdos a uma educação linguística/cultural e não a uma educação especial, que trata a surdez como uma anomalia, com necessidade de reabilitação ou ações cirúrgicas corretivas;
- Ter como critério de seleção a similaridade educacional dos alunos e não a deficiência;
- Reconhecer e valorizar a especificidade linguística/cultural, assegurada na Convenção sobre Direitos das Pessoas com Deficiência;
- Promover a identidade linguística da comunidade surda, como elemento fundamental no favorecimento do desenvolvimento social dos surdos;
- Criar ambientes linguísticos de aquisição da Libras como L1 para crianças surdas e aprendizado de Português como L2;
- Garantir a aquisição e a aprendizagem da L1 e L2, como condição necessária à educação de indivíduos surdos, favorecendo a conclusão de uma educação básica em situação de igualdade com as crianças ouvintes e falantes do Português;
- Compreender a Educação Bilíngue para surdos como uma escolarização que respeita a condição da pessoa surda e sua experiência visual, como fator de construção de uma cultura singular, considerando a necessidade de aprendizagem escolar do Português;
- Demandar a necessidade de uma política linguística que defina a participação das duas línguas no processo educacional, mas que tenha a Libras como língua curricular e constituidora da pessoa surda.

2.3 Desconhecimento e escassez do ensino de libras

Apesar da aprovação do Plano Nacional garantir a Educação Bilíngue para os alunos surdos, as escolas, faculdades, cursos técnicos, dentre outros meios de ensino, ainda existem diversas ocorrências em que o indivíduo surdo sofre preconceito pelo fato de professores e alunos ouvintes não saberem lidar com a identidade surda, com a forma de aprendizagem visual do sujeito com surdo nem com a língua de sinais. Consequentemente, a língua de sinais passa a ser desprezada, quando é um instrumento indispensável para o desenvolvimento cognitivo do surdo, sobretudo como um poder de instrução de comunicação que auxilia na obtenção dos conhecimentos por meio da Libras (PASSO DE OLIVEIRA, 2009).

Os professores não capacitados não têm o mínimo de conhecimento da língua de sinais, ou seja, não foram ensinados em sua formação superior a trabalhar com as pessoas surdas, nem motivados a se comunicarem com os alunos com deficiência, principalmente surdos, que utilizam a sua língua de sinais que é diferente da língua portuguesa. Há casos em que os professores de classe não têm tempo para atender às necessidades do aluno surdo, o que torna imprescindível criar uma sala especial de ensino-aprendizagem eficiente, conforme Passo de Oliveira (2009) ressalta. Diante das dificuldades,

“Muitas escolas chegam a fazer tentativas no intuito de construir condições para melhorar a inserção do aluno nas salas regulares. Uma delas é o intercâmbio com escolas especiais, seja para manter o aluno em dois espaços, seja para dar suporte a professores da classe regular em sua prática pedagógica” (PASSO DE OLIVEIRA, p. 29, 2009)

Ademais, Passo de Oliveira (2009), Fernandes *et al.* (1989) e Johnson (1991) explicam que a maior parte dos surdos profundos não desenvolveu uma fala socialmente satisfatória e, em geral, esse desenvolvimento era parcial e tardio em relação à aquisição de fala apresentada pelos ouvintes, implicando um atraso de desenvolvimento global significativo. Somadas a isso estavam as dificuldades ligadas à aprendizagem da leitura e da escrita, as quais eram tardias, repletas de problemas, e mostravam sujeitos, muitas vezes, apenas parcialmente alfabetizados após anos de escolarização. Assim, o modelo educacional bilíngue é o que aponta para uma maior possibilidade de sucesso escolar para o aluno surdo, inclusive quando este alcança o ensino superior.

2.4 Universidades bilíngues para alunos surdos: uma meta no sistema educacional inovador

No ensino superior, podemos citar dois exemplos de modelo educacional bilíngue. O primeiro é na Universidade Gallaudet (Gallaudet University) e o segundo no Rochester Institute of Technology, onde existe National Technical Institute for the

Deaf (Instituto Técnico Nacional para os Surdos), ambas localizadas nos Estados Unidos, com programas desenvolvidos, exclusivamente, para surdos e pessoas com dificuldades acentuadas de surdez, tendo como primeira língua oficial a Língua Americana de Sinais (ASL).

No Brasil, atualmente, existem as faculdades para alunos surdos e ouvintes, como o Instituto Superior Bilíngues de Educação, unidade INES – uma faculdade voltada para surdos, promovendo cursos de Magistério para indivíduos surdos e ouvintes. O objetivo do curso é formar professores bilíngues. A Universidade Federal de Santa Catarina, UFSC, também promove alguns cursos nessa área.

No caso em estudo, o curso da Pós-graduação Lato Sensu, da especialização em Libras e Educação Inclusiva da Pessoa Surda, está organizado de forma a expressar o conhecimento na língua brasileira de sinais, e privilegiar as formas de ensino e aprendizagem dos alunos surdos. Esta especialização é presencial e oferecida na Faculdade Aplha, reconhecida pelo Ministério da Educação do Governo Federal (MEC). Essa pós-graduação reconhece a importância da comunicação em Libras, que segundo membros do GT, portaria nº 1.060, 2013, p. 9 cita:

“Desse modo o poder público, ao assegurar a educação bilíngue de surdos, como alternativa legítima de educação, garante o acesso precoce das pessoas surdas a uma língua de sinais plena, rica léxica e gramaticalmente. Isso se faz pelo ensino da Libras, pela pesquisa e pelo lugar efetivo que o uso da Libras adquire no quadro linguístico brasileiro”.

A finalidade do ensino superior bilíngue é garantir a inclusão social de sujeitos surdos na sociedade por meio de formação acadêmica que atende e respeita as suas especificidades oriundas da surdez, abrindo espaços para sua inclusão no mercado de trabalho. Os especialistas formados neste curso poderão, então, trabalhar em ensino de educação básica, nível superior, na área de saúde, que também inclui aspectos sociais, culturais e políticos, em que há necessidade do ensino de Libras para minimizar as barreiras de comunicação entre surdos e ouvintes.

A estrutura do curso superior deve dispor de competência pedagógica e técnica de um grupo de profissionais fluentes em Libras, privilegiando os surdos. Segundo Quadros, Cerny e Pereira (2008, p.36), “Diante das perspectivas linguísticas e educacionais, a língua de instrução do Curso de Letras Libras é a Língua Brasileira de Sinais”. Nesse sentido, esse curso reflete a política linguística atual na educação de surdos.

Sobre avaliação acadêmica, é preciso repensar o conteúdo e realizar uma adaptação do português para Libras, deixando os alunos surdos terem o acesso total à sua língua natural, conforme membros do GT, portaria nº 1.060 (2013, p. 15):

“Os conteúdos dos instrumentos de avaliação devem ser pensados na Libras para candidatos/estudantes surdos. Isso implica a necessidade de adaptações. Por exemplo, em provas com exemplos da Língua Portuguesa pode ser necessário

incluir exemplos da Libras para tornar mais claro o conteúdo em questão”.

A partir da estrutura do currículo do curso superior bilíngue, serão necessários critérios exigentes, a fim de assegurar uma educação eficiente para todos os alunos, bem como garantir o ensino-aprendizagem entre professor e aluno, abarcando a estruturação dos objetivos, a escolha dos conteúdos, a elaboração dos passos metodológicos das disciplinas e a construção dos instrumentos de avaliação. Além disso, é importante garantir a organização, o desenvolvimento e a avaliação do processo ensino-aprendizagem como referenciais básicos para toda a equipe multidisciplinar, envolvida na construção dos materiais didáticos no ambiente educacional (QUADROS; CERNY; PEREIRA, 2008).

Neste curso superior bilíngue, como o próprio nome já diz, os profissionais que trabalham para melhor atendimento educacional devem respeitar e interagir eficientemente com os alunos surdos, reconhecendo o valor linguístico da Libras no decorrer do currículo acadêmico e, neste caso, deve-se aprofundar os conhecimentos da perspectiva da cultura surda, histórica e de outros fatos relacionados à surdez e à língua materna, L1, de acordo com Quadros, Cerny e Pereira (2008).

Conforme Quadros, Cerny e Pereira (2008), “Os surdos trazem consigo a experiência de uma língua visual-espacial, a Língua de Sinais, uma língua não oral-auditiva, manifestação linguística própria deles mesmos em sua forma mais autêntica de produção”. Então, percebemos a importância da graduação do ensino superior de reconhecer a comunicação em Libras, segundo membros do GT, portaria nº 1.060 (2013, p. 9).

3 | METODOLOGIA

O presente trabalho se configura como uma pesquisa bibliográfica, mediante a apresentação das perspectivas e conceitos relacionados à educação bilíngue; e um estudo de caso, no qual nos debruçamos sobre a organização de uma pós-graduação *latu sensu*, no formato bilíngue, voltada para alunos surdos, com vistas a analisar as percepções dos alunos sobre esse formado bilíngue. Além disso, observamos o funcionamento dessa pós-graduação, registrando nossas constatações em um diário de bordo.

Para o estudo de caso, selecionamos uma instituição superior privada, a Faculdade Alpha, na cidade de Recife/PE, em que há uma pós-graduação *latu sensu* com professores bilíngues, com as aulas ministradas em Libras e metodologia de ensino e material didático adequado para o aluno surdo.

Para tal, aplicamos um questionário voltado para os estudantes surdos, composto por doze perguntas, no qual os estudantes deveriam responder “sim”, “não”, ou “não sei”. Tais perguntas refletem os critérios de análises elencados: a) tipo

de modelo educacional durante a educação básica; b) preferência pelo professor que sabe Libras ou pelo professor que não sabe Libras; c) existência ou não de dificuldades no tocante à aprendizagem quando o professor não sabe Libras.

O questionário foi respondido por 22 alunos surdos. As perguntas estão descritas abaixo:

- 1) Você mora em Recife?
 sim não não sei
- 2) Você é surdo?
 sim não não sei
- 3) Você estudou/estuda no ensino superior?
 sim não não sei
- 4) Seu primeiro contato com a língua de sinais foi com pessoas surdas?
 sim não não sei
- 5) Você aprendeu a língua de sinais antes de ir para faculdade?
 sim não não sei
- 6) Em toda sua vida, você estudou em escola bilíngue?
 sim não não sei
- 7) O seu curso superior você prefere fazer com professores utilizando a língua de sinais em sala de aula?
 sim não não sei
- 8) O seu curso superior você prefere com intérprete de libras em sala de aula?
 sim não não sei
- 9) Você se sente bem em ter um intérprete de libras em sala de aula no ensino superior?
 sim não não sei
- 10) Em seu curso superior todos os professores dominam a Libras?
 sim não não sei
- 11) Você sente dificuldades de aprendizagem na sala de aula com intérprete?
 sim não não sei
- 12) Você gostaria que todos os professores no ensino superior devam dar aula utilizando a Libras?
 sim não não sei

No diário de bordo, registramos descrições sobre: 1) a estrutura física da

instituição no tocante às necessidades específicas dos alunos surdos; 2) adaptação do material didático; 3) avaliação em Libras e em língua portuguesa como segunda língua.

4 | ANÁLISE E RESULTADOS

Abaixo podemos ver uma tabela com o resumo quantitativo das respostas dos alunos surdos que participaram da pesquisa.

QUESTIONÁRIO	SIM	NÃO	NÃO SABE
01) Você mora em Recife?	15	07	00
02) Você é surdo?	22	00	00
03) Você estudou/estuda no ensino superior?	22	00	00
04) Seu primeiro contato com a língua de sinais foi com pessoas surdas?	17	03	01
05) Você aprendeu a língua de sinais antes de ir para faculdade?	19	03	00
06) Em sua vida toda, você estudou em escola bilíngue?	04	13	00
07) Seu curso superior, você prefere com professores utilizando a língua de sinais em sala de aula?	22	00	00
08) Seu curso superior, você concorda com interprete de libras em sala de aula?	07	15	00
09) Você se sente bem em um ter interprete de libras em sala de aula no ensino superior?	09	11	02
10) Seu curso superior tem todos os professores que dominam a Libras?	14	08	01
11) Você sente dificuldade na aprendizagem em sala de aula com interprete?	11	11	00
12) Você gostaria que todos os professores no ensino superior devam dar aula utilizando a sua língua de sinais?	22	00	00

A partir dos critérios de análise que elencamos, podemos ver na tabela, a maioria dos alunos (treze) não experienciou o modelo educacional bilíngue durante a educação básica. Assim, vemos que embora a Lei 10.436, de 24 de abril de 2002 determine a alocação de professores bilíngues desde a educação infantil, a maior parte dos alunos que entrevistamos não vivenciou algo que lhes é garantido por lei na educação básica. Nesse sentido, nos questionamos como a comunidade surda por ter seus direitos assegurados de forma que o que está posto na lei se torne uma realidade efetiva na vida dos indivíduos surdos.

No tocante à “b) preferência pelo professor que sabe Libras ou pelo professor que não sabe Libras”, observamos que a maioria dos alunos entrevistados prefere professores que dominam a Libras. Além disso, não concordam com a presença de

intérpretes em sala de aula, o que reforça a preferência por um professor fluente na Libras. A necessidade de o aluno surdo ter um professor fluente na Libras coaduna com Passo de Oliveria (2009) acerca da aprendizagem visual desse aluno ser possibilitada por meio da utilização da Libras, valorizando sua cultura e sua identidade por meio da sua língua natural.

Quadros, Cerny e Pereira (2008) também destacam a importância de professores que dominam a Libras no ensino superior. Nesse sentido, essa pós-graduação está de acordo com a política educacional voltada para alunos surdos, visto que a língua de instrução e de avaliação é a Libras.

Algo que nos chamou a atenção nas respostas dos estudantes surdos no questionário foi que todos responderam que gostariam que todos os professores dessem aula em Libras no ensino superior. Isso nos mostra o quanto a experiência visual com a Libras é relevante para o desenvolvimento do aluno surdo, como Quadros, Cerny e Pereira (2008) destacaram acerca do valor linguístico dessa língua como um aspecto que proporciona a esses indivíduos uma produção linguística mais autêntica e espontânea.

Quanto ao terceiro critério de análise “c) existência ou não de dificuldades no tocante à aprendizagem quando o professor não sabe Libras”, vemos que 50% dos alunos entrevistados responderam que sentem dificuldades de aprendizagem com a presença do intérprete e 50% responderam que não sentem dificuldades de aprendizagem com a presença do intérprete de Libras.

Possivelmente, os alunos que sentem dificuldade com a presença do intérprete em sala em aula – embora o intérprete esteja lá para garantir a comunicação entre o professor ouvinte e o aluno surdo – é porque o professor ouvinte talvez não saiba como trabalhar com o estudante surdo por não ter tido formação específica para isso. Isso reforçaria o que Passo de Oliveira (2009) traz acerca das dificuldades e barreiras vivenciadas pelos alunos surdos nas escolas especiais, onde sua identidade e cultura não podem ser plenamente valorizadas já que a língua de instrução e comunicação no ambiente escolar não é a Libras.

Do outro lado, os alunos que responderam não sentir dificuldades com a presença do intérprete devam ao fato, talvez, de que a comunicação entre esse aluno e o professor ouvinte é garantida através da mediação do intérprete de Libras, viabilizando a interação necessária entre professor e aluno para o desenvolvimento escolar. De qualquer forma, isso aponta, também, para o valor linguístico da Libras para os indivíduos surdos, pois seja através do professor fluente em Libras ou da atuação do intérprete educacional, a Libras é o instrumento através do qual os sujeitos surdos desenvolvem suas habilidades cognitivas, sócio afetivas, linguísticas e de comunicação.

Sobre os aspectos que registramos no diário de bordo, vimos que no tocante

à “1) a estrutura física da instituição no tocante às necessidades específicas dos alunos surdos”, a faculdade tem salas com equipamento multimídia, laboratório de informática e estúdio de filmagem. Dessa forma, percebemos que a instituição oferece instrumentos tecnológicos que possibilitam a utilização de estratégias visuais por parte dos professores, favorecendo o desenvolvimento do aluno surdo. Dessa forma, é possível que a “2) adaptação do material didático” seja realizada, pois os instrumentos para tal são disponibilizados pela instituição.

No tocante à “3) avaliação em Libras e em língua portuguesa como segunda língua”, em contato com a coordenação do curso percebemos que a avaliação dos estudantes surdos é feita prioritariamente em Libras, através de atividades em sala de aula e em vídeos que permitem a expressão na língua de sinais; e as atividades escritas em língua portuguesa são avaliadas pelos professores, considerando os aspectos relativos à segunda língua.

5 | CONCLUSÕES

A partir das respostas dos estudantes surdos no questionário que aplicamos, observamos que a Libras é chave para o sucesso escolar/acadêmico, pois deve ser a língua de instrução no ambiente educacional.

Além disso, a existência de equipamentos que favorecem tanto a produção visual em Libras e quanto à adaptação do material didático para os alunos surdos é fundamental para o desenvolvimento desse alunado.

Assim, notamos a importância de um sistema de ensino superior com planejamento educacional inclusivo, visando à acessibilidade dos indivíduos surdos, com um sistema de ensino organizado, com recursos pedagógicos e tecnológicos específicos.

Portanto, a presença de professores surdos e professores bilíngues em sala, sem a necessidade de intérpretes, contribuiu para um ambiente linguístico rico entre professores e alunos surdos, professores ouvintes usuários da Libras, e atesta a eficácia de um ensino superior bilíngue em Libras como primeira língua (L1) dos alunos surdos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei no. 10.098, de 19 de dezembro de 2000.

BRASIL. Decreto nº 5.626 de 22 de dezembro de 2005. Dispõe sobre a Libras e a Educação Especial, numa perspectiva de Educação Inclusiva para surdos. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 23 Dez. Seção 1, p. 28-30.

BRASIL. Lei nº 10.436 de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e dá outras providências. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 25 de Abril. 2002. Seção 1. P.23.

BRASIL. Lei nº 13.005 de 25 de junho de 2014, atualização 01.12.2014. Plano Nacional de Educação: 2014-2024. Brasília: Edições Câmara, 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. Ensino bilíngue com Libras melhora a vida de alunos surdos. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/213-1762821894/35311-pedagogia-com-formacao-em-libras-promove-inclusao-de-alunos-surdos>. Acesso em 21 de out. de 2018.

BRASIL. Portaria nº 1.060, de 30 de outubro de 2013. Institui Grupo de Trabalho com o objetivo de elaborar subsídios para a Política Nacional de Educação Bilíngue - Língua Brasileira de Sinais e Língua Portuguesa, com orientações para formação inicial e continuada de professores para o ensino da Libras e da Língua Portuguesa como segunda língua. Disponível em: http://www.imprensanacional.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/31176452/do1-2013-10-31-portaria-no-1-060-de-30-de-outubro-de-2013-31176448. Acesso em 15/10/2018.

BRITO, Lucinda Ferreira. Por uma gramática de línguas de sinais. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro: UFRJ, Departamento de Linguística e Filologia, 1995.

BARDIN, L. Análise de Conteúdo. Lisboa, Portugal; Edições 70, LDA, 2009.

GOLDFELD, Márcia. A Criança Surda. Linguagem e Cognição Numa Perspectiva Sócio-Interacionista. São Paulo: Plexus Editora, 1997.

NUNES, Sylvia da Silveira; SAIA, Ana Lúcia; Silva, Larissa Jorge; Mimessi, Soraya D`Angelo. Surdez e educação: escolas inclusivas e/ou bilíngues? 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pee/v19n3/2175-3539-pee-19-03-00537.pdf>. Acessado em 08/11/2018.

PERLIN, Gladis. Identidades Surdas. Porto Alegre: Mediação, 1998.

PASSO DE OLIVEIRA, Maria Inês. O acesso e permanência dos alunos surdos no ensino superior como garantia e direito. 2009. Disponível em: http://www.avm.edu.br/docpdf/monografias_publicadas/T204970.pdf. Acesso em 10/11/2018.

QUADROS, Ronice Muller; CERNY, Roseli Zen; PEREIRA, Alice Theresinha Cybis. Inclusão de Surdos no Ensino Superior por Meio do Uso da Tecnologia. Estudos Surdos III / Ronice Müller de Quadros (organizadora). Petrópolis, RJ: Arara Azul, 2008.

SKLIAR, Carlos (ORG.). A Surdez: um olhar sobre as diferenças, 2ª Edição. Porto Alegre: Mediação, 2001.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Alunos com Deficiências 56, 59

Aprendizagem 6, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 11, 12, 13, 14, 15, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 40, 42, 43, 52, 57, 58, 59, 61, 62, 64, 65, 68, 69, 74, 76, 77, 78, 79, 80, 83, 85, 88, 89, 90, 91, 92, 94, 101, 106, 114, 121, 123, 124, 137, 140, 141, 143, 153, 157, 165, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 186, 187, 203, 206, 211, 213, 214, 217, 227, 228, 234, 235, 257, 259, 270

Arduino 80, 81, 82, 83, 84, 85

B

Blended Learning 1, 2, 3, 14, 15, 16

C

Calorímetro 80, 81, 82, 83, 84, 85

Criatividade 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 143, 144, 207, 222, 272

Cultura 46, 98, 99, 131, 275

Cultura Popular 50, 98, 99, 104, 205, 206

Currículo 2, 46, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 58, 63, 64, 69, 70, 91, 114, 196, 198, 200, 201, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 229, 230, 231, 233, 240, 241, 242, 243, 268, 273

D

DEA 161, 162, 163, 164

Diversidade cultural 50, 53, 54, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105

E

Econômico 152, 155, 156, 166, 197, 205

Educação 1, 2, 3, 4, 5, 12, 13, 14, 15, 17, 18, 22, 23, 24, 25, 27, 28, 29, 31, 32, 34, 35, 37, 39, 44, 46, 47, 48, 49, 51, 52, 53, 54, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 71, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 83, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 95, 96, 97, 98, 99, 101, 102, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 114, 115, 116, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 138, 139, 140, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 160, 161, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 173, 174, 180, 186, 187, 188, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 206, 207, 208, 212, 213, 217, 218, 221, 228, 229, 230, 231, 232, 233, 234, 238, 239, 242, 244, 253, 255, 256, 257, 258, 259, 261, 263, 267, 269, 270, 271, 272, 273, 275

Educação a distância 1, 44, 75, 78
Educação em Saúde 145, 146, 147, 149, 150
Educação Física Escolar 31
Educação Inclusiva 56, 57, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 66, 73, 90, 95
Educação Musical 196, 198, 200, 201, 206, 207, 208
Educação para todos 196
Educação popular 98, 104, 105
Educação Profissional 14, 152, 158, 160, 188, 192, 193, 194, 195
Educação Sexual 255, 267, 270, 273, 275
Educação Social 152, 153, 154, 155, 157, 160
Educação Superior 13, 39, 161, 167, 168, 169, 198, 207, 231
EJA 68, 69, 70, 71, 106, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 121, 122, 123, 124
ensino-aprendizagem 1, 2, 3, 4, 13, 43, 64, 89, 91, 101, 165, 172, 173, 175, 181, 186, 211, 213, 214
Ensino de Ciências 209, 210, 211, 212, 216, 217
Ensino e aprendizagem da matemática 170, 172, 186
Ensino Fundamental 67, 73, 108, 109, 111, 115, 170, 176, 180, 187, 199, 205, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 223, 224, 238, 244, 246, 247, 255, 256, 258, 259, 267, 269, 270, 272
Ensino integrado 188
Ensino Superior 6, 15, 16, 39, 40, 71, 86, 87, 89, 90, 91, 92, 94, 95, 96, 134, 157, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169
Escola Regular 56, 59, 60, 63, 65, 67, 196, 199, 200, 206
Espaços Escolares 57, 98, 104, 134, 137
Estado Avaliador 161, 164, 165, 166, 169
Estupro 244, 248, 249, 250, 251, 252

F

Feminicídio 244, 248, 251
Formação 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 13, 14, 15, 18, 27, 31, 33, 36, 39, 41, 46, 48, 49, 51, 52, 53, 56, 57, 58, 59, 61, 62, 63, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 74, 76, 77, 78, 79, 87, 89, 90, 94, 96, 98, 100, 103, 104, 105, 111, 113, 115, 118, 124, 126, 128, 132, 136, 139, 140, 143, 144, 153, 154, 167, 168, 174, 187, 194, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 205, 206, 207, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 216, 217, 218, 229, 230, 231, 232, 233, 234, 235, 236, 237, 239, 240, 241, 242, 243, 244, 256, 267, 273, 275
Formação Continuada 13, 62, 65, 67, 74, 76, 77, 78, 79, 105, 115, 143, 209, 210, 214, 216, 217, 275
Formação de Professores 1, 3, 5, 8, 56, 59, 61, 62, 63, 66, 67, 69, 70, 71, 74, 76, 87, 124, 128, 143, 200, 210, 217, 218, 229, 233, 241, 242, 243

Formação Docente 18, 56, 57, 58, 68, 69, 71, 74, 103, 196, 207, 212, 229, 230, 232, 235, 236, 237, 239, 240, 242, 256, 273

Formação inicial de professores 1, 13, 231

G

Grupo de Controle do Tabagismo 145, 149

I

Identidade 26, 46, 47, 50, 51, 53, 55, 71, 87, 88, 89, 94, 104, 139, 165, 236, 237, 240, 241, 256, 262, 263, 265, 269, 271

Interdisciplinaridade 51, 53, 80, 83, 84, 85, 133, 135, 137, 140, 142, 143, 219, 235

L

Língua Brasileira de Sinais 86, 90, 95, 96

LM35 81, 82

Lógica de programação 219, 221, 222, 227

M

Meditação 31, 33, 34, 35, 36, 37

N

Negociação 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 178, 180, 186, 187

P

Pedagogia Histórico-Crítica 196, 199, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208

Percepção 31, 33, 34, 35, 36, 60, 97, 99, 133, 135, 136, 140, 141, 143, 147, 173, 181, 205, 207, 226, 238, 239, 258, 263

Persuasão na aprendizagem 170, 171, 172, 174, 186

Postura docente e discente 170

Q

Qualidade de Vida 31, 33, 36, 117, 130, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 156

R

Representações Sociais 69, 72, 244, 246, 247, 252, 253

S

Saberes da docência 68, 69, 70, 71

Sexualidade Infantil 255, 256, 257, 273

Surdo 86, 87, 88, 89, 91, 92, 94, 95

T

Tecnologias digitais 1, 2, 3, 4, 5, 7, 12, 14

Tecnologias na educação 74

Trabalho 1, 3, 5, 10, 12, 13, 14, 17, 18, 19, 20, 21, 23, 24, 26, 27, 28, 29, 30, 34, 37, 39, 43, 47, 48, 52, 54, 56, 60, 63, 64, 65, 66, 68, 70, 73, 74, 76, 77, 78, 79, 83, 86, 90, 91, 96, 101, 102, 103, 110, 119, 121, 122, 125, 126, 128, 129, 132, 133, 134, 135, 136, 138, 139, 140, 142, 143, 144, 152, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 162, 163, 167, 173, 174, 178, 179, 180, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 197, 199, 203, 204, 207, 208, 209, 211, 212, 215, 216, 217, 221, 229, 230, 232, 233, 234, 236, 237, 239, 240, 242, 243, 244, 245, 252, 255, 256, 257, 269, 271, 272, 273

V

Violência urbana 244, 245, 246, 247, 248, 249, 250, 251, 252, 253

Vulnerabilidade 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 248, 253, 272

 **Atena**
Editora

2 0 2 0